

Política

CONSTITUINTE

Uma liminar do juiz Sinval Antunes de Souza, da 11ª Vara Federal, livrou quatro sindicalistas da CUT de São Paulo de serem indiciados pela Polícia Federal no inquérito sobre os cartazes distribuídos pela entidade acusando parlamentares do Centrão de "traidores do povo". Mas nem a ameaça do indiciamento impediu a CUT de continuar a distribuição dos cartazes em todo o País, enquanto o Centrão prossegue dando o troco em out-doors repudiando "a demagogia dos radicais".

Pela liminar, Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; Jorge Luís Coelho, presidente estadual da CUT-SP; Adauto Bentivegna Filho, presidente em exercício do Sindicato dos Bancários; e Gilmar Carneiro, secretário de imprensa da CUT nacional, irão à Polícia Federal, na próxima segunda-feira, apenas para "prestar esclarecimentos".

Os advogados Luís Eduardo Greenhalgh e Michael Mary Nolan argumentaram no pedido de **habeas corpus** que a Polícia Federal pretendia indiciar antes de investigar — o que é um "absurdo, uma conduta arbitrária", segundo Greenhalgh, para quem a Polícia Federal "tem a mania" de apontar culpados antes de investigar. "Parece que eles esquecem o princípio constitucional brasileiro assegura que cada cidadão é inocente até que se prove o contrário", disse Greenhalgh.

Os advogados argumentaram ainda que os cartazes acusando os centristas de traidores do povo não poderiam ser retirados pela Polícia Federal sob a alegação de "constrangimento ilegal". Segundo Greenhalgh, constrangimento ilegal, de acordo com a lei, "seria ameaçar determinada pessoa a ter um comportamento contrário



GUERRA DE CARTAZES

A CUT continua distribuindo os cartazes com sua lista de "traidores do povo".

O Centrão contra-ataca a imagem e as palavras do presidente da Constituinte.

à lei ou à sua livre vontade". Para ele, os cartazes criticam "um comportamento pretérito" dos deputados e não há ameaça para se conseguir no futuro determinado posicionamento.

Para o sindicalista Jorge Coelho, a liminar é o início "do desmantelamento ao mais grave atentado à liberdade de expressão ocorrido nos últimos tempos". Segundo Jorge Coelho, a CUT prepara uma contra-resposta aos cartazes do Centrão. A campanha será "a favor da verdade, contra a demago-

gia e o mau-caratismo". Além disso serão distribuídos cartazes e panfletos divulgando os nomes e regiões eleitorais dos parlamentares, de todos os partidos, que votaram contra os interesses dos trabalhadores, conforme explicou Gilmar Carneiro.

Em Belo Horizonte os cartazes denunciando os "traidores do povo" continuam sendo distribuídos pela cidade de mão em mão. Sob os nomes e fotos dos deputados mineiros integrantes do Centrão há a explicação de que eles

são "os constituintes de Minas Gerais que votam contra o povo, contra os direitos dos trabalhadores". No verso, há uma lista dos "indefinidos", que precisam "ser pressionados". E a CUT dá o telefone de cada um deles em Brasília. Segundo a entidade, os mineiros traidores do povo são, entre outros, o senador Alfredo Campos e os deputados José Geraldo, Milton Reis, Rosa Prata (todos do PMDB), Alysson Paulinelli (PFL) e Bonifácio Andrada (PDS).

No ABC foram distribuídos ontem cerca de 50 mil cartazes e hoje outros 30 mil serão enviados à região e ao município de Mogi das Cruzes. Segundo Agenor Narciso, presidente da CUT/ABC-Mogi, os trabalhadores "os recebem muito bem e apoiaram a decisão da CUT", propondo-se inclusive a distribuir os cartazes nas fábricas. Em Campinas, outros 50 mil exemplares foram distribuídos até ontem.

Contra-ataque

Dando o troco à CUT, o Centrão afixou em várias capitais seu out-door colocando-se "a favor da liberdade. Contra a baderna. Pela democracia". O que mais chama a atenção no cartaz, em preto e branco com uma faixa verde e amarela na diagonal, é uma foto do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao lado de uma frase sua condenando os cartazes da CUT: "Usar o direito de crítica para atingir a independência dos constituintes é constranger ilegalmente a liberdade de decisão". No canto direito, o Centrão assina outra declaração: "Lutamos por uma sociedade livre, socialmente justa e politicamente democrática. Lutamos pela liberdade do povo brasileiro. Repudiamos a demagogia dos radicais".

Esse cartaz está em todo o Grande Recife, nas principais ruas de Belo Horizonte, Curitiba e, também, São Paulo. O publicitário Carlos Lamarssa, da Espaço Minas Publicidade e Paineis, responsável pelos primeiros out-doors fixados em Belo Horizonte, explicou que o material chegou durante o carnaval, mas ele não sabe quem vai pagar a conta. Além da Espaço, Lamarssa informou que outras cinco agências estão recebendo os cartazes que deverão invadir a capital mineira dentro dos próximos 15 dias.

Tempo nublado, com sinais de melhoria.

Não havia um parlamentar, ontem, que não julgasse tenso o clima em Brasília. O deputado Ulysses Guimarães engoliu o seu sapo, expresso pela nota do general Leônidas Pires Gonçalves, que o admoestou por haver chamado os integrantes da Junta Militar de 1969 de "três patetas". Considerou que o jogo político é assim mesmo. Disse que quem está na chuva é para se molhar, mas não retirou a crítica feita quarta-feira ao general Lyra Tavares, ao almirante Augusto Rademaker e ao brigadeiro Márcio de Sousa e Mello. O ministro do Exército, de seu turno, não deu seqüência ao entrevisto, e nem os ministros da Marinha e da Aeronáutica se pronunciaram. Mesmo assim, julgava-se óbvio, entre deputados e senadores, até pelos aplausos da Assembléia Nacional Constituinte ao seu presidente, que ele ocupou a posição perigosa de chefe do poder civil, em contraste com amenos porém reais representantes do poder militar.

O ambiente estava carregado, também, diante dos comentários sobre a decisão do general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, de não receber o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, quinta-feira, no Palácio do Planalto. Juntava-se a isso a ação do ministro Antônio Carlos Magalhães, de nitido confronto com a Assembléia Nacional Constituinte, e mais a própria, arrastando-se de "buraco negro" em "buraco negro" sem ter conseguido votar mais do que seis artigos; tinha-se, assim, a receita de dias tumultuados. Ainda mais porque a sucessão está nas ruas, pela quase certa decisão dos constituintes de fixar o mandato do presidente José Sarney em quatro anos. Fica claro que quem gritar mais alto, ou criticar mais acrememente a situação, credencia-se a ter suas cotações aumentadas. Ulysses prepara-se para levar o PMDB para fora do governo. Aureliano Chaves vai sozinho, porque o PFL, em boa parte, já saiu. Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva pedem um auto-de-fé sobre a Nova República, e quem vier a mais, seja Antônio Ermirio de Moraes, Jânio Quadros ou Miguel Arraes, fatalmente engrossará as fileiras dessa estranha inquisição cabocla.

Mesmo envolto nessas nuvens e em outras, pessoais, como a que tentou atingir sua família, o presidente José Sarney parecia, ontem, o único habitante da capital federal com a cabeça fria, procurando tranquilizar os outros. A um de seus ministros comentou, meio malicioso, meio cético, já ter visto inúmeras vezes o mesmo filme. Em determinadas conjunturas, através de seus quase 40 anos de vida política, assistiu a essas falsas tempestades se desfazerem no ar. É verdade que às vezes deu crise, convulsão e até caos, como em 1964 e em alguns anos seguintes, só para ficar no passado recente. Mas não estava preocupado com crises militares, ebulições institucionais ou desagregação do País. No fundo, disse, os grandes problemas continuam sendo econômicos e sociais. No plano político, a democracia dispõe de mecanismos para absorver embates e torná-los, senão naturais, ao menos contornáveis, não pode permitir e não permitirá a desestabilização de seu governo, nem se intimidará diante de ameaças, como havia falado na "Conversa ao Pé do Rádio", pela manhã. Permanecerá na determinação inflexível de garantir o sistema democrático e de assegurar a liberdade a todos os segmentos do País. Considerar-se-á satisfeito ao chegar ao final de seu governo tendo sustentado aquela que passará à história como a fase mais difícil da Nova República.

Assim, na visão do presidente, nem a atmosfera nem o clima merecem ser mostrados permanentemente como conturbados ou tensos, se logo se desfazem. Pode ser que fará, depois, voltarem e outra vez se diluam, mas isso será contingência da implantação da democracia. Imaginar a iminência de golpes, com ele ou sem ele, de inevitáveis rotas de colisão entre civis e militares e de mergulhos intermináveis no escuro, será no máximo, em seu julgamento, não perceber que as coisas realmente mudaram no País, com a Nova República.

Carlos Chagas

CONGRESSO VAZIO

O protesto contra os faltosos tomou conta dos constituintes que voltaram ao plenário, ontem, depois do carnaval, para mais uma tentativa frustrada de votação do projeto constitucional, interrompida desde a última quinta-feira. Apenas 262 dos 559 constituintes estavam presentes, mas mesmo assim o presidente Ulysses Guimarães convocou sessões para hoje e domingo, às 9 horas da manhã. "Não quero, não vou, nem posso estabelecer mais precedentes", disse. Mais tarde, no programa Diário da Constituinte, Ulysses fez um apelo dramático aos faltosos: "Senhor constituinte, você não tem o direito de ficar em sua casa, em sua cidade, em seu Estado", disse, pedindo a presença de todos em Brasília e no plenário, "para defender a sua mulher, os seus filhos, o seu Estado, o seu município".

Ulysses frisou que cada parlamentar deve ter o comportamento correspondente ao que dele espera a opinião pública, comparecendo ao plenário. "Venha a Brasília, precisamos elaborar, logo, rapidamente, uma Constituição, sem prejuízo de sua qualidade, para dar as definições fundamentais a esta Nação", pediu Ulysses.

Na sessão de ontem, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) apresentou projeto de resolução propondo a cassação do mandato do constituinte que faltar a cinco sessões, e afirmou: "Não tem sentido ficarmos aqui fazendo papel de palhaço".



Congresso, ontem: sem quórum.

lembrou que os trabalhadores que não comparecem ao trabalho são descontentes e podem até ser demitidos, devendo a Constituinte fazer o mesmo com os faltosos. José Genoino (PT-SP) afirmou: "A sociedade se revolta contra os constituintes que ganham altos salários e não vêm votar. A presença é uma questão moral, ética e política, pois está em processo de decomposição a Assembléia Constituinte, num período crucial para o País", disse, aplaudido pelos colegas. Para ele, os faltosos devem ter seus nomes divulgados à opinião pública.

A sessão foi iniciada às 9 horas com menos de 20 parlamentares. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) foi o primeiro a criticar asperamen-

te os faltosos. "A população tem o direito de chamar esses constituintes de vagabundos, forçados a vir para o trabalho e cumprir suas obrigações, mesmo porque são todos muito bem pagos", disse, irritado, frisando que a mesma mensagem transmitiu pela manhã em seu programa de rádio, conclamando a população "a marcar os constituintes faltosos". Ulysses só chegaria a presidir a sessão a partir das 11 horas, sabedor da ausência de quórum. Mendes Ribeiro (PMDB-RS) sugeriu que os períodos dedicados aos pequenos pronunciamentos e comunicações de lideranças sejam realizados pela manhã, pois tomam cerca de 2 horas de cada sessão.

O deputado Francisco Dor-

neles fez um levantamento das votações e surpreendeu os constituintes com os resultados. Até agora, disse Dorneles, estão sendo votados 48% dos destaques apresentados, a uma média de 3 a 4 por dia. Como são mais de 2 mil destaques, a permanecer o mesmo ritmo de votação serão necessários mais cerca de 400 dias para concluir as votações. Dessa forma não concluiremos a Constituinte nem com mais um ano de trabalho, observou Dorneles, diante da surpresa de Ulysses, que insiste em ter a Carta promulgada até o final de abril. Irma Passoni (PT-SP) soube-se ao coro contra os faltosos, sugerindo que em todas as sessões, mesmo sem votação, seja feita verificação de presença e os ausentes tenham seus nomes divulgados no programa radiofônico "Diário da Constituinte".

O deputado Vitor Faccioni (PDS-RS) lembrou que a maioria da Constituinte é do PMDB, "o dr. Ulysses é o presidente do partido, poderia tomar providências para que todos compareçam às sessões", disse. A sessão foi encerrada ao meio-dia, e como ontem havia mais 30 parlamentares do que na sessão da véspera Ulysses manifestou a esperança de que hoje haja número maior.

Sem esconder a decepção, Ulysses alertou que continuará marcando sessões para os fins de semana, mesmo que não haja quórum, e prometeu estudar as sugestões para resolver o problema dos faltosos.

Um exemplo

Quando Felipe Cheidde morrer, quer como mortalha sua maior bandeira. Que não é de nenhuma luta política, apenas de seus dois mandatos como deputado federal. Legislar não é sua especialidade nem seu prazer. Mas sim o jogo, de qualquer tipo. E, além da bandeira — que é a do seu time de futebol, o São Bernardo — ele quer levar no caixão outro artigo que ocupou a maior parte do seu tempo — um baralho.

No telefone 223-8545 alguém responde que não tem idéia do seu paradeiro. É o número do seu gabinete de constituinte, em Brasília. E a informação da secretária do deputado é "melhor procurá-lo em seu escritório de São Bernardo". Ausência sistemática que ele mesmo já explicou: "Como posso me reeleger ficando a mil quilômetros de São Paulo!" E, depois, ele considera o ambiente em Brasília, no Congresso, "algo insuportável".

Um episódio ocorrido em junho de 86 ilustra bem sua atuação: em meio a uma sessão convocada para votar matérias importantes, no último ano da legislatura, ele subiu à Mesa e perguntou a um dos contínuos quem era o sr. Paulo

Afonso. O deputado, embora no quarto ano de seu mandato, não sabia quem era o secretário-geral da Mesa, o funcionário mais importante da Câmara.

Em compensação, os contínuos também não sabiam quem era aquele deputado. Felipe Cheidde praticamente não dera o ar de sua graça na Câmara desde sua eleição.

Confessando não ser "muito assíduo" no comparecimento às sessões da Assembléia Nacional Constituinte, o deputado Felipe Cheidde não se perturba com as críticas que vem recebendo por ser um dos parlamentares mais ausentes nas discussões da nova Constituição em Brasília. "Eu não me aborreo. Primeiro dizem que sou traidor do povo por pertencer ao Centrão. Depois dizem que sou ausente. Na verdade, minha vida é muito polêmica mesmo. Até gosto quando falam de mim. Porque os amigos lembram que existo: telefonam dizendo que viram meu nome no jornal. Só não admito

que digam que sou ladrão, que sou bandido."

"Não sou tão ausente assim. Apresentei 14 emendas a cada 15 dias vou a Brasília. Basta ver minhas passagens. Isso não significa, porém, que eu vá votar. Estou muito decepcionado com o rumo das coisas em Brasília. Não concordo com muita coisa. As lideranças se fecham numa sala. Decidem tudo e depois quem quer que a gente vá votar. Não sou apertado de botão no plenário. Nunca gostei de ser boi de presépio. Então não vou. Só vou quando as lideranças do Centrão me ligam e dizem que precisam do meu voto. Quando eles já têm os votos necessários eu

iniciou-se o processo de indicação dos deputados para as comissões da Constituinte, pedi que me enviassem para a Comissão de Esporte e Turismo, coisa de que entendo, em função de minhas ligações com o futebol. Mas não me ouviram e me designaram para outra comissão."

Fazendeiro, comerciante — sua holding chama-se Difelit —, apontado como banqueiro do jogo de bicho dominando a região de São Bernardo — "estou confundindo porque sou amigo de Serafim Vicente, um dos maiores bicheiros do ABC" —, ele quase não tem amizades em seu partido.

Dependendo da época, é amigo ou inimigo de José Maria Marin, do PFL — e isso depende das eleições para a presidência da Federação Paulista de Futebol, onde já tentou o cargo duas vezes sem sucesso. No mesmo caso está o deputado estadual Nabi Abi Chedid.

Já do compadre Paulo Salim Maluf ele jamais fala mal. Ao contrário, o defende com veemência: "Nem Hitler enfrentou uma tamanha campanha desfavorável por parte da imprensa".

Estabilidade: está montado o acordo?

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem ser necessária uma margem de compreensão dos grupos e lideranças partidárias para que se chegue a um acordo em torno do tema estabilidade no emprego (artigo 7º), que, no seu entender, constitui o "gargalo" da Constituinte. "Se nós tivermos competência para vencer esta etapa, chegando a um texto pelo menos razoável, nós teremos confiança para vencer outros testes pela frente", acredita.

Conforme Ulysses Guimarães, em qualquer país do mundo é difícil definir a relação de direitos e obrigações entre o capital e o trabalho. "É um tema difícil e polêmico, e deste modo, é preciso que haja compreensão, de modo que a legislação posterior cuide dos aspectos analíticos, das minúcias", afirmou. Acrescentou que acredita na possibilidade do surgimento de um texto que não reúna a unanimidade, mas a

maioria dos constituintes. "Conseguimos isso no texto do direito de propriedade, e acho que o acordo também é possível no caso da estabilidade", disse Ulysses, ao lembrar que sem consenso torna-se difícil a obtenção do quórum mínimo para aprovação do texto, 280 constituintes.

Uma proposta de emenda foi sugerida pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, e será encaminhada pelo deputado Roberto Cardoso Alves, que já submeteu sua redação aos coordenadores do Centrão, para posterior exame às lideranças partidárias e de outros grupos.

O texto da Fiesp sobre estabilidade é o seguinte: "garantia de emprego contra despedida arbitrária, mediante indenização compulsória, na forma de lei complementar, sem prejuízo de outros direitos". Na tarde de ontem, lideranças dos vários grupos da Constituinte reuniram-se no

apartamento do líder do PMDB, senador Mário Covas, em busca de acordo para a votação do texto referente à garantia do emprego. Após três horas de debate, o acordo foi considerado pelo deputado Pimenta da Veiga como praticamente acertado, faltando apenas eventuais alterações no texto e as consultas aos demais integrantes de cada grupo.

O texto que poderá ser aproveitado para o projeto constitucional é composto da proposta da sistematização, incorporando alterações sugeridas em emenda pelo deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ). A proposta já foi aprovada pelo Centrão e pelo grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa, mas enfrenta algumas resistências da esquerda. O senador Virgílio Távora (PDS-CE) e o deputado José Serra (PMDB-SP) acham que haverá realmente acordo em novas reuniões a serem realizadas.

DESTAQUE POLÍTICO

Exército: mais um coronel detido, por criticar punições.

O coronel da reserva Roberto Monteiro de Oliveira foi detido, ontem, em Curitiba, por ordem do comandante militar da Região Sul, general Edson Boscare Guedes, para uma pena de dez dias. Assim como outros militares, igualmente presos, o coronel Monteiro de Oliveira publicou artigo defendendo o capitão Luís Walter Fernando de Almeida, que invadiu a prefeitura de Apucarana em outubro passado e foi condenado a três anos de prisão e expulsão do Exército.

O coronel foi recolhido à prisão do 27º Batalhão Logístico de Curitiba, e hoje o advogado Osman de Oliveira (o mesmo que defende o capitão Walter de Almeida) entrará com pedido de **habeas corpus** para libertá-lo. "É preciso confiar que a Justiça acabará logo com esse festival de punições que servem mais para amedrontar do que para disciplinar", disse o advogado. Para ele, "o ex-presidente Figueiredo já falou coisas muito piores do que os militares que estão sendo presos por defender o capitão Walter".

Em seu artigo, publicado domingo no Estado do Paraná, o coronel classificou a condenação do capitão Walter de Almeida de "um exagero". Para ele a invasão da prefeitura deveria ser vista "como um equívoco praticado pelo afilamento incoerente do Dom Quixote que existe escondido em todo o idealista". O coronel de 61 anos, e há quatro na reserva — disse ainda em seu artigo que o capitão deveria ser "exemplarmente punido, mas sem deixar que os componentes políticos e conjunturais interferissem na apreciação do delito. E muito menos nas pressões ideológicas".

Enquanto isso, o Exército divulgava, em Brasília, um editorial para a tropa, destinado especialmente aos recrutas que se incorporam atualmente a todas as unidades da Força no País, chamando a atenção para o cumprimento dos princípios da hierarquia e disciplina.

O editorial diz que "assumir a responsabilidade pelos atos praticados é, na caserna, não só um princípio de chefia, não só uma questão de honrabilidade, como também, e sobretudo, demonstração elementar e indispensável de coragem". E fala também da mentira, que "quando não pronta e cabalmente repelida abala a hierarquia comprometendo a eficiência e o moral de qualquer exército".

CURTAS

O deputado Nelson Aguiar (PDT-ES) fará hoje um pronunciamento no plenário da Constituinte para denunciar que o ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, segundo ele, teria favorecido a empresa francesa Aerospaciale na concorrência aberta pelo Ministério do Exército para a compra de 52 helicópteros militares. A empresa francesa, em consórcio com a Engesa e a Helibrás, venceu a concorrência pública mas outros fabricantes devem entrar com recurso contra a decisão.

O presidente José Sarney acompanhou ontem à noite o embarque de sua esposa, dona Marly, para São Luís. Dona Marly foi chamada às pressas por familiares, por causa do agravamento do estado de saúde de sua mãe, dona Vera Macieira, de 82 anos.

Está mesmo adiada a reunião do Diretório Nacional do PMDB que deveria ser marcada para o dia 24 de fevereiro. Isso porque o edital de convocação não foi publicado e, pelos estatutos, tal convocação deve ser feita, na imprensa, com pelo menos oito dias de antecedência. Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido, não explicou por que deixou de determinar a publicação do edital.

Como o ex-governador paulista, Paulo Salim Maluf, o governador de Minas, Newton Cardoso, também tem seu governo "itinerante", inaugurado ontem. Mas ele não vai de trem: vai de avião. Cardoso, depois de visitar o Oeste do Estado, disse que considera importante "manter a imagem do administrador presente a todas as regiões mineiras".